

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série –

NEWSLETTER DIGESTO Nº 20/2009

Disponibilização: 26 de Outubro de 2009

Período abrangido: 12 a 23 Outubro de 2009

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **FORÇAS DE SEGURANÇA**
 - **PROTECÇÃO CIVIL**
 - **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**
- 3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**
- 4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA**
 - **CAÇA**
- 6. AMBIENTE**
- 7. CIDADÃOS COM BECESSIDADES ESPECIAIS**
- 8. COMÉRCIO**
- 9. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES**
- 10. CONSUMIDORES**
- 11. CULTURA**
- 12. EDUCAÇÃO**
- 13. ENERGIA**

14. FINANÇAS

- **ACTIVIDADE SEGURADORA**
- **BANCA**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

15. FORÇAS ARMADAS

16. HABITAÇÃO

17. JUSTIÇA

18. OBRAS PÚBLICAS

19. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

20. SAÚDE

21. SEGURANÇA SOCIAL

22. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

23. URBANISMO

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[DECRETO-LEI n.º 292/2009, de 13 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 123.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, estabelece o regime fiscal aplicável a produtos comercializados pelas empresas seguradoras, pelas sociedades gestoras de fundos de pensões e pelas associações mutualistas, alterando também para 15 de Julho o prazo de envio, por transmissão electrónica de dados, das declarações que integram a informação empresarial simplificada

[PORTARIA n.º 1254/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA JUSTIÇA)

Regulamenta o envio, por via electrónica, do requerimento de isenção de impostos, emolumentos e outros encargos legais, previsto no n.º 6 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no momento do pedido de registo do projecto de fusão ou de cisão, quando promovido através da Internet, e altera a Portaria n.º 1098/2008, de 30 de Setembro

[PORTARIA n.º 1255/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA JUSTIÇA E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO)

Regula a tramitação por via electrónica do parecer a que se refere o n.º 8 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no momento do pedido de registo do projecto de fusão ou de cisão, quando promovido através da Internet

[PORTARIA n.º 1264/2009, de 16 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Aprova os modelos de anúncios previstos no regime jurídico do património imobiliário público e determina o local de publicitação na Internet

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **FORÇAS DE SEGURANÇA**

[DECRETO-LEI N.º 297/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Aprova o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana

[DECRETO-LEI n.º 298/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Aprova o sistema remuneratório dos militares da Guarda Nacional Republicana

[DECRETO-LEI n.º 299/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Aprova o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Segurança Pública

- **PROTECÇÃO CIVIL**

[RESOLUÇÃO n.º 22/2009, de 23 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Aprova o Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS-AML), o qual se publica em anexo, e faz parte integrante da presente Resolução

- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

[MAPA OFICIAL N.º 2-A/2009, de 12 de Outubro](#)

(COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES)

Relação dos deputados eleitos e mapa oficial das eleições para a Assembleia da República realizadas em 27 de Setembro de 2009

[DESPACHO n.º 22860/2009, de 16 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Verbas a transferir para os municípios para a eleição dos órgãos das autarquias locais

3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[PORTARIA n.º 1253/2009, de 14 de Outubro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA)

Altera e republica o Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril

[DESPACHO n.º 22860/2009, de 16 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Verbas a transferir para os municípios para a eleição dos órgãos das autarquias locais

[PARECER n.º 69/2008, de 16 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA)

Regime remuneratório dos eleitos locais que exercem funções, em acumulação, em entidades de sector público empresarial participadas pelo município

[DECRETO-LEI n.º 305/2009, de 23 de Outubro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 86/2009, de 28 de Agosto, estabelece o regime da organização dos serviços das autarquias locais

4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[ACORDO COLECTIVO DE TRABALHO n.º 2/2009, de 13 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Acordo colectivo da carreira especial médica

[ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO n.º 4/2009, de 14 de Outubro](#)

(SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO)

Uniformiza a jurisprudência sobre o prazo em que pode ser exigida a reposição nos cofres do Estado de quantias indevidamente recebidas pelo funcionalismo público a título de remuneração do trabalho de qualquer natureza, no sentido de que pode ser ordenada até ao limite temporal de cinco anos a contar do recebimento, sem haver lugar a aplicação do prazo estabelecido para a revogação de actos administrativos no artigo 141.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, por força da norma de natureza interpretativa, introduzida pelo artigo 77.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, que aditou o n.º 3 ao artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho

[PORTARIA n.º 1317/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO)

Estabelece um regime transitório de avaliação de desempenho dos membros das direcções executivas, dos directores dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e, bem assim, dos directores dos centros de formação de associações de escolas

5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**

[PORTARIA n.º 1242/2009, de 12 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS, DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO)

Aprova o Regulamento do Regime de Fruta Escolar - RFE

[DECRETO-LEI n.º 294/2009, de 13 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 80/2009, de 14 de Agosto, estabelece o novo regime do arrendamento rural

[PORTARIA n.º 1247/2009, de 13 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Primeira alteração à Portaria n.º 1325/2008, de 18 de Novembro, que estabelece as regras nacionais complementares relativas aos programas operacionais, aos fundos operacionais e à assistência financeira, previstos pelo Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 361/2008, do Conselho, de 14 de Abril, e pelo Regulamento (CE) n.º 1580/2007, da Comissão, de 21 de Dezembro

[DESPACHO NORMATIVO n.º 35/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Aplicação da modulação voluntária para 2009

[PORTARIA n.º 1268/2009, de 16 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Aprova o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 2.2.3.1, «Componente Vegetal», da acção n.º 2.2.3, «Conservação e melhoramento de recursos genéticos», da medida n.º 2.2, «Valorização dos modos de produção», do subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente, abreviadamente designado por PRODER

- **CAÇA**

[PORTARIA n.º 1229/2009, de 12 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Estabelece as regras dos exames para a obtenção de carta de caçador

- **VETERINÁRIA**

[PORTARIA n.º 1226/2009, de 12 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Aprova a lista de espécies de cujos espécimes vivos, bem como dos híbridos deles resultantes, é proibida a detenção

6. AMBIENTE

[PORTARIA n.º 1226/2009, de 12 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Aprova a lista de espécies de cujos espécimes vivos, bem como dos híbridos deles resultantes, é proibida a detenção

[DECRETO-LEI n.º 293/2009, de 13 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos

[PORTARIA n.º 1284/2009, de 19 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Estabelece o conteúdo dos planos de gestão de bacia hidrográfica

[DECRETO-LEI n.º 301/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 83/2009, de 26 de Agosto, cria um regime especial aplicável às expropriações necessárias à concretização dos aproveitamentos hidroeléctricos do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) e dos aproveitamentos hidroeléctricos de Ribeiradio-Ermida, no rio Vouga, e do Baixo Sabor, no rio Sabor

7. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[DECRETO-LEI n.º 290/2009, de 12 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Aprova o regime jurídico de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e de apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades e o regime de concessão de apoio técnico e financeiro aos centros de reabilitação profissional de gestão participada, às entidades de reabilitação, bem como a credenciação de centros de recursos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e a criação do Fórum para a Integração Profissional

[DECRETO-LEI n.º 291/2009, de 12 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei

[PORTARIA n.º 1315/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Estabelece os valores máximos das comparticipações das famílias na frequência de estabelecimentos de educação especial por crianças e jovens com deficiência para efeitos de determinação dos montantes do subsídio de educação especial

[PORTARIA n.º 1324/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Estabelece os valores máximos das mensalidades a praticar pelas cooperativas e associações de ensino especial para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial

[PORTARIA n.º 1325/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Estabelece os valores máximos das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial

8. COMÉRCIO

[PORTARIA n.º 1256/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Regulamenta a disponibilização de modelos de projectos de fusão e de cisão e altera o Regulamento do Registo Comercial e a Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de Dezembro

9. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

[DECRETO-LEI n.º 306/2009, de 23 de Outubro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de Setembro, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados

[DECRETO-LEI n.º 307/2009, de 23 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de Setembro, aprova o regime jurídico da reabilitação urbana

10. CONSUMIDORES

[AVISO DO BANCO DE PORTUGAL n.º 8/2009, de 12 de Outubro](#)

(BANCO DE PORTUGAL)

Estabelece os deveres de informação das instituições de crédito e sociedades financeiras na divulgação ao público das comissões e taxas de juro que praticam na contratação de produtos e serviços financeiros, designada «Preçário». Revoga o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/95

11. CULTURA

[DECRETO-LEI n.º 309/2009, de 23 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda

12. EDUCAÇÃO

[DELIBERAÇÃO n.º 2868/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR)

Dá nova redacção ao anexo i da deliberação n.º 1704/2009, de 18 de Junho (concursos de acesso ao ensino superior de 2010-2011)

[DESPACHO n.º 22688/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR)

Aprova os prazos para desenvolvimento dos actos previstos para acesso e ingresso no ensino superior público, no ano lectivo de 2009-2010, introduzindo alterações ao calendário aprovado pelo despacho n.º 15853-A/2009, de 10 de Julho

[PORTARIA n.º 1262/2009, de 15 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Cria os cursos de Português para Falantes de Outras Línguas, assim como as regras a que obedece a sua leccionação e certificação

[DESPACHO n.º 22840/2009, de 15 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR)

Aprova as regras técnicas e procedimentos técnicos do processo de atribuição de bolsas de estudo a estudantes de estabelecimentos do ensino privado

[PORTARIA n.º 1270/2009, de 16 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR)

Altera o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Lectivo de 2009-2010, aprovado pela Portaria n.º 743-A/2009, de 10 de Julho

[DESPACHO n.º 23038/2009, de 20 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Revê o enquadramento das ofertas de educação e formação para os jovens integrados em centros educativos (revoga o despacho conjunto n.º 998/2003, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 249, de 27 de Outubro de 2003)

[DESPACHO n.º 23057/2009, de 20 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Contratos de patrocínio - obrigatoriedade de divulgação do regime e regras estabelecidas nos contratos

[PORTARIA n.º 1315/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Estabelece os valores máximos das comparticipações das famílias na frequência de estabelecimentos de educação especial por crianças e jovens com deficiência para efeitos de determinação dos montantes do subsídio de educação especial

[PORTARIA n.º 1316/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR)

Regulamenta a prova da situação escolar e altera a Portaria n.º 984/2007, de 27 de Agosto, que fixa os procedimentos relativos à prova anual da situação escolar estabelecida no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto

[PORTARIA n.º 1317/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO)

Estabelece um regime transitório de avaliação de desempenho dos membros das direcções executivas, dos directores dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e, bem assim, dos directores dos centros de formação de associações de escolas

[PORTARIA n.º 1324/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Estabelece os valores máximos das mensalidades a praticar pelas cooperativas e associações de ensino especial para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial

[PORTARIA n.º 1325/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Estabelece os valores máximos das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial

[DELIBERAÇÃO n.º 2927/2009, de 22 de Outubro](#)

(AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR)

Fixa os prazos para apresentação dos pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudos e de acreditação preliminar de ciclos de estudos em funcionamento

[REGULAMENTO n.º 419/2009, de 22 de Outubro](#)

(AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR)

Aprova o regime dos procedimentos de avaliação e de acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos

[DESPACHO n.º 23340/2009, de 23 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Constituição das equipas de zonas de vigilância às escolas

13. ENERGIA

[DESPACHO n.º 22582/2009, de 13 de Outubro](#)

(ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS)

Revisão trimestral a aplicar aos preços de energia das tarifas de Gás Natural no 4.º trimestre de 2009

14. FINANÇAS

- **ACTIVIDADE SEGURADORA**

[DECRETO-LEI n.º 292/2009, de 13 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 123.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, estabelece o regime fiscal aplicável a produtos comercializados pelas empresas seguradoras, pelas sociedades gestoras de fundos de pensões e pelas associações mutualistas, alterando também para 15 de Julho o prazo de envio, por transmissão electrónica de dados, das declarações que integram a informação empresarial simplificada

- **BANCA**

[AVISO DO BANCO DE PORTUGAL n.º 8/2009, de 12 de Outubro](#)

(BANCO DE PORTUGAL)

Estabelece os deveres de informação das instituições de crédito e sociedades financeiras na divulgação ao público das comissões e taxas de juro que praticam na contratação de produtos e serviços financeiros, designada «Preçário». Revoga o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/95

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[PORTARIA n.º 1254/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA JUSTIÇA)

Regulamenta o envio, por via electrónica, do requerimento de isenção de impostos, emolumentos e outros encargos legais, previsto no n.º 6 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no momento do pedido de registo do projecto de fusão ou de cisão, quando promovido através da Internet, e altera a Portaria n.º 1098/2008, de 30 de Setembro

[PORTARIA n.º 1255/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA JUSTIÇA E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO)

Regula a tramitação por via electrónica do parecer a que se refere o n.º 8 do artigo 60.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no momento do pedido de registo do projecto de fusão ou de cisão, quando promovido através da Internet

[DESPACHO n.º 22600/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Procedimentos de certificação de residência fiscal

[ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 494/2009, de 23 de Outubro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no n.º 9 do artigo 98.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, na parte em que impõe que efectuem pagamento especial por conta entidades que, no exercício a que o pagamento respeita, apenas auferam rendimentos isentos de IRC, declara a inconstitucionalidade consequencial da norma contida no n.º 5 do artigo 44.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, na parte em que se refere às mesmas entidades, e ressalva efeitos produzidos até à publicação deste acórdão pelas normas cuja declaração de inconstitucionalidade agora se opera

- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

[PORTARIA n.º 1264/2009, de 16 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Aprova os modelos de anúncios previstos no regime jurídico do património imobiliário público e determina o local de publicitação na Internet

15. FORÇAS ARMADAS

[DECRETO-LEI n.º 296/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL)

Aprova o regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e de voluntariado dos três ramos das Forças Armadas

16. HABITAÇÃO

[DECRETO-LEI n.º 306/2009, de 23 de Outubro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de Setembro, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados

17. JUSTIÇA

[LEI n.º 115/2009, de 12 de Outubro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade

[PORTARIA n.º 1267/2009, de 16 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Autoriza a Bem Me Queres - Associação de Apoio à Adopção de Crianças a exercer a actividade mediadora em matéria de adopção internacional

[DESPACHO n.º 23038/2009, de 20 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Revê o enquadramento das ofertas de educação e formação para os jovens integrados em centros educativos (revoga o despacho conjunto n.º 998/2003, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 249, de 27 de Outubro de 2003)

- **REGISTOS**

[PORTARIA n.º 1256/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Regulamenta a disponibilização de modelos de projectos de fusão e de cisão e altera o Regulamento do Registo Comercial e a Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de Dezembro

18. OBRAS PÚBLICAS

[DECRETO-LEI n.º 301/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 83/2009, de 26 de Agosto, cria um regime especial aplicável às expropriações necessárias à concretização dos aproveitamentos hidroeléctricos do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) e dos aproveitamentos hidroeléctricos de Ribeiradio-Ermida, no rio Vouga, e do Baixo Sabor, no rio Sabor

19. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

[DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL n.º 15/2009/A, de 12 de Outubro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO)

Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2009/A, de 5 de Maio, que regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/A, de 9 de Julho, que aprova o regime jurídico da gestão sustentável dos recursos cinegéticos e os princípios reguladores da actividade cinegética e da administração da caça na Região Autónoma dos Açores

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 16/2009/A, de 13 de Outubro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Estabelece normas relativas ao desempenho energético dos edifícios e à qualidade do ar interior, transpondo para o ordenamento jurídico regional a Directiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 17/2009/A, de 14 de Outubro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 18/2009/A, de 19 de Outubro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Fixa o regime jurídico da recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas na Região Autónoma dos Açores

20. SAÚDE

[DECRETO-LEI n.º 291/2009, de 12 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei

[DECRETO REGULAMENTAR n.º 28/2009, de 12 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Procede à terceira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, que veio proceder à regulamentação do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, relativo ao controlo do tráfico ilícito de estupefacentes, de substâncias psicotrópicas e dos precursores e outros produtos químicos essenciais ao fabrico de droga

[ACORDO COLECTIVO DE TRABALHO n.º 2/2009, de 13 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Acordo colectivo da carreira especial médica

[DESPACHO n.º 22631/2009, de 14 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Determina os preços a praticar ao abrigo no n.º 4 da cláusula vii do acordo para o transporte não urgente de doentes em ambulâncias celebrado com a Liga dos Bombeiros

[PORTARIA n.º 1263/2009, de 15 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Determina a mudança do escalão de comparticipação das associações de antiasmáticos e ou de broncodilatadores, pelo prazo de um ano

[DESPACHO n.º 22811/2009, de 15 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Cria o Fórum Nacional da Sociedade Civil para o VIH/sida

[DECRETO-LEI n.º 304/2009, de 22 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 35/99, de 5 de Fevereiro, que estabelece os princípios orientadores da organização, gestão e avaliação dos serviços de saúde mental

21. SEGURANÇA SOCIAL

[PORTARIA n.º 1267/2009, de 16 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Autoriza a Bem Me Queres - Associação de Apoio à Adopção de Crianças a exercer a actividade mediadora em matéria de adopção internacional

[PORTARIA n.º 1316/2009, de 21 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR)

Regulamenta a prova da situação escolar e altera a Portaria n.º 984/2007, de 27 de Agosto, que fixa os procedimentos relativos à prova anual da situação escolar estabelecida no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto

[DECRETO-LEI n.º 302/2009, de 22 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de Fevereiro, que estabeleceu o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social

22. TRABALHO

[DECRETO-LEI n.º 295/2009, de 13 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 76/2009, de 13 de Agosto, altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

[DECRETO-LEI n.º 290/2009, de 12 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Aprova o regime jurídico de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e de apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades e o regime de concessão de apoio técnico e financeiro aos centros de reabilitação profissional de gestão participada, às entidades de reabilitação, bem como a credenciação de centros de recursos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e a criação do Fórum para a Integração Profissional

[PORTARIA n.º 1262/2009, de 15 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Cria os cursos de Português para Falantes de Outras Línguas, assim como as regras a que obedece a sua leccionação e certificação

[DESPACHO n.º 23038/2009, de 20 de Outubro](#)

(MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Revê o enquadramento das ofertas de educação e formação para os jovens integrados em centros educativos (revoga o despacho conjunto n.º 998/2003, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 249, de 27 de Outubro de 2003)

23. URBANISMO

[DECRETO-LEI n.º 306/2009, de 23 de Outubro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de Setembro, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados

[DECRETO-LEI n.º 307/2009, de 23 de Outubro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de Setembro, aprova o regime jurídico da reabilitação urbana